

Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

# TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE NOTIFICAÇÃO E ATOS INTIMATORIOS

Tipo 4 – AZUL



## SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



## TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
  - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
  - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
  - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
  - Assine seu nome apenas no espaço reservado
  - Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
  - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
  - Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
  - A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos
  - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa prova!

## Língua Portuguesa

### TEXTO 1 – O futuro da medicina

O avanço da tecnologia afetou as bases de boa parte das profissões. As vítimas se contam às dezenas e incluem músicos, jornalistas, carteiros etc. Um ofício relativamente poupado até aqui é o de médico. Até aqui. A crer no médico e "geek" Eric Topol, autor de "The Patient Will See You Now" (o paciente vai vê-lo agora), está no forno uma revolução da qual os médicos não escaparão, mas que terá impactos positivos para os pacientes.

Para Topol, o futuro está nos smartphones. O autor nos coloca a par de incríveis tecnologias, já disponíveis ou muito próximas disso, que terão grande impacto sobre a medicina. Já é possível, por exemplo, fotografar pintas suspeitas e enviar as imagens a um algoritmo que as analisa e diz com mais precisão do que um dermatologista se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais.

Está para chegar ao mercado um apetrecho que transforma o celular num verdadeiro laboratório de análises clínicas, realizando mais de 50 exames a uma fração do custo atual. Também é possível, adquirindo lentes que custam centavos, transformar o smartphone num supermicroscópio que permite fazer diagnósticos ainda mais sofisticados.

Tudo isso aliado à democratização do conhecimento, diz Topol, fará com que as pessoas administrem mais sua própria saúde, recorrendo ao médico em menor número de ocasiões e de preferência por via eletrônica. É o momento, assegura o autor, de ampliar a autonomia do paciente e abandonar o paternalismo que desde Hipócrates assombra a medicina.

Concordando com as linhas gerais do pensamento de Topol, mas acho que, como todo entusiasta da tecnologia, ele provavelmente exagera. Acho improvável, por exemplo, que os hospitais caminhem para uma rápida extinção. Dando algum desconto para as previsões, "The Patient..." é uma excelente leitura para os interessados nas transformações da medicina.

Folha de São Paulo online – Coluna Hélio Schwartzman – 17/01/2016.

### 1

Segundo o autor citado no texto 1, o futuro da medicina:

- (A) encontra-se ameaçado pela alta tecnologia;
- (B) deverá contar com o apoio positivo da tecnologia;
- (C) levará à extinção da profissão de médico;
- (D) independará completamente dos médicos;
- (E) estará limitado aos meios eletrônicos.

### 2

"As vítimas se contam às dezenas e incluem músicos, jornalistas, carteiros etc".

Nesse segmento do texto 1, o vocábulo SE apresenta a função de partícula apassivadora; a frase abaixo em que as duas ocorrências desse vocábulo exercem essa mesma função é:

- (A) "Para o homem só há três acontecimentos: nascer, viver e morrer. Ele não se sente nascer, sofre morrendo e se esquece de viver" (La Bruyère);
- (B) "O açúcar seria caro demais se não se fizesse cultivar a planta que o produz por escravos" (Montesquieu);
- (C) "E se Adão não tivesse resistido àquela operação nas costelas a que tão prematuramente se submeteu?" (Eno T. Wanke);
- (D) "O amor é uma arte que nunca se aprende e sempre se sabe" (Galdós);
- (E) "Não ensines a teu aluno toda a tua ciência. Quem sabe se ele amanhã não se tornará o teu inimigo?" (Saadi).

### 3

"O avanço da tecnologia afetou as bases de boa parte das profissões. As vítimas se contam às dezenas e incluem músicos, jornalistas, carteiros etc.".

Sobre os componentes desse segmento do texto 1, a afirmativa adequada é:

- (A) muitas profissões já foram perturbadas pelos avanços tecnológicos;
- (B) o emprego do vocábulo "vítimas" mostra que algumas profissões já foram extintas;
- (C) as profissões mais afetadas foram as que oferecem serviços ao público;
- (D) o segundo período enumera as dezenas de profissões afetadas;
- (E) a forma "etc" mostra a desvalorização das profissões citadas.

### 4

"A crer no médico e "geek" Eric Topol"; essa oração reduzida equivale semanticamente a:

- (A) embora creiamos;
- (B) quando cremos;
- (C) se crermos;
- (D) à medida que cremos;
- (E) para que crêssemos.

### 5

"está no forno uma revolução da qual os médicos não escaparão, mas que terá impactos positivos para os pacientes".

Nesse segmento do texto 1, o termo "da qual" é decorrente da regência do verbo "escapar"; a frase abaixo em que o termo sublinhado está erradamente empregado é:

- (A) essa é uma revolução com a qual discordamos;
- (B) esses são os fatos contra os quais lutamos;
- (C) essas são as dificuldades com as quais nos defrontamos;
- (D) esses são os resultados aos quais aludimos;
- (E) essa é a mudança à qual visamos.

**6**

“Um ofício relativamente poupado até aqui é o de médico. Até aqui.”

Sobre esse segmento do texto 1, é correto afirmar que:

- (A) o advérbio “relativamente” mostra que a profissão de médico ainda não foi atingida pela revolução;
- (B) a expressão “até aqui” tem valor semântico de lugar;
- (C) a expressão “até aqui” é repetida a fim de destacar-se um elemento importante no texto;
- (D) o pronome “o” refere-se a “médico”;
- (E) o vocábulo “um” em “um ofício” tem noção de quantidade.

**7**

O segundo, o terceiro e o quarto parágrafos do texto 1 têm a função de:

- (A) demonstrar que a revolução já é uma realidade;
- (B) criticar os exageros do livro indicado;
- (C) resumir a obra de Topol;
- (D) justificar o título do livro referido;
- (E) explicitar o conteúdo do livro citado.

**8**

O primeiro parágrafo do texto 1 mostra uma estratégia no tratamento do tema, que é partir:

- (A) do passado para o presente;
- (B) do geral para o particular;
- (C) do todo para as partes;
- (D) do abstrato para o concreto;
- (E) do objetivo para o subjetivo.

**9**

“está no forno uma revolução da qual os médicos não escaparão, / mas que terá impactos positivos para os pacientes”.

O emprego da conjunção “mas” supõe uma oposição entre o primeiro e o segundo segmento desse trecho do texto 1.

Tal oposição se verifica entre os seguintes termos:

- (A) estar no forno / ter impactos positivos;
- (B) revolução / impactos positivos;
- (C) médicos / pacientes;
- (D) não escapar / ter impactos;
- (E) médicos não escaparão / impactos positivos para os pacientes.

**10**

“está no forno uma revolução da qual os médicos não escaparão, mas que terá impactos positivos para os pacientes”.

A expressão “está no forno” significa que a revolução referida:

- (A) ainda tardará muito a chegar;
- (B) está pronta há algum tempo;
- (C) encontra-se em preparo;
- (D) já começou a ocorrer;
- (E) foi aperfeiçoada com o tempo.

**11**

De acordo com o texto 1, o título do livro de Topol – O paciente vai vê-lo agora – já mostra uma revolução, pois:

- (A) aponta mais conhecimento dos pacientes sobre as doenças;
- (B) mostra maior interesse dos pacientes pelo tratamento;
- (C) inverte as posições de médico e paciente;
- (D) indica maior rapidez no atendimento médico;
- (E) critica o mau atendimento dos médicos.

**12**

“que terão grande impacto sobre a medicina”; nessa frase está corretamente empregada a forma “sobre”. Assinale a frase abaixo em que ocorreu confusão entre sob/sobre:

- (A) “Se tudo está sob controle é porque não se está indo suficientemente rápido” (Mário Andretti);
- (B) “A interpretação é a vingança do intelecto sobre a arte” (Susan Sontag);
- (C) “Filosofar: pôr tijolos sobre tijolos sem construir uma casa” (anônimo);
- (D) “Infância é vida sob uma ditadura” (Graham Greene);
- (E) “Nada de novo sobre o sol” (Horácio).

**13**

“diz com mais precisão do que um dermatologista se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais”.

Na frase acima, destacada do texto 1, os dois vocábulos que pertencem a classes gramaticais diferentes; a frase abaixo em que as duas ocorrências pertencem à mesma classe é:

- (A) “Ouvi, com humilde admiração, uma senhora declarar que a sensação de estar bem-vestida dava-lhe um sentimento de tranquilidade interior que a religião não lhe podia conferir” (Emerson);
- (B) “É o uniforme que faz esquecer aquele que o veste” (Biagi);
- (C) “Não é que eu tenha medo de morrer. É que eu não quero estar lá quando isso acontecer” (Woody Allen);
- (D) “O futuro chega com tal rapidez que chego a desconfiar que, agora, já está atrás de mim” (Millôr Fernandes);
- (E) “As coisas mais belas são as que a loucura sopra e que a razão escreve” (André Gide).

**14**

“Já é possível, por exemplo, fotografar pintas suspeitas e enviar as imagens a um algoritmo que as analisa e diz com mais precisão do que um dermatologista se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais”.

Entre os elementos abaixo, aquele que NÃO se relaciona semanticamente a um termo anterior é:

- (A) que;
- (B) as;
- (C) o;
- (D) as imagens;
- (E) um câncer.

**15**

“Para Topol, o futuro está nos smartphones. O autor nos coloca a par de incríveis tecnologias, já disponíveis ou muito próximas disso, que terão grande impacto sobre a medicina”.

O segundo período desse segmento do texto 1, em relação ao período anterior, funciona como:

- (A) oposição à afirmação feita;
- (B) enumeração das tecnologias referidas anteriormente;
- (C) explicação do termo “smartphones”;
- (D) justificativa de uma afirmação;
- (E) consequência de uma causa previamente citada.

**16**

“O autor nos coloca a par de incríveis tecnologias, já disponíveis ou muito próximas disso, que terão grande impacto sobre a medicina. Já é possível, por exemplo, fotografar pintas suspeitas e enviar as imagens a um algoritmo que as analisa e diz com mais precisão do que um dermatologista se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais”.

Esse segmento do texto 1 está realizado em voz ativa; a forma verbal passiva correspondente que é indicada de forma inadequada é:

- (A) “o autor nos coloca a par” / somos colocados a par pelo autor;
- (B) “que terão grande impacto” / grande impacto será tido;
- (C) “fotografar pintas suspeitas” / pintas suspeitas serão fotografadas;
- (D) “que as analisa” / em que elas são analisadas;
- (E) “que exige medidas adicionais” / em que medidas adicionais são exigidas.

**17**

“Para Topol, o futuro está nos smartphones. O autor nos coloca a par de incríveis tecnologias, já disponíveis ou muito próximas disso, que terão grande impacto sobre a medicina”.

Segundo esse segmento do texto 1, pode-se inferir que o texto de Topol pertence ao seguinte modo de organização:

- (A) informativo;
- (B) histórico;
- (C) argumentativo;
- (D) instrucional;
- (E) injuntivo.

**18**

“Já é possível, por exemplo, fotografar pintas suspeitas e enviar as imagens a um algoritmo que as analisa e diz com mais precisão do que um dermatologista se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais”.

O exemplo citado tem por função textual:

- (A) atualizar o leitor sobre tecnologias de ponta;
- (B) comprovar a existência de incríveis tecnologias;
- (C) mostrar o impacto das tecnologias sobre a medicina;
- (D) citar alguns avanços já existentes;
- (E) defender as ideias do autor do livro.

**19**

Abaixo estão indicadas várias vantagens do uso da tecnologia na área da medicina; a vantagem tecnológica que NÃO se encontra expressa no segmento selecionado é:

- (A) “...analisa e diz com mais precisão do que um dermatologista” / exatidão do diagnóstico;
- (B) “...se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais” / indicação precisa de providências futuras;
- (C) “Está para chegar ao mercado um apetrecho que transforma o celular num verdadeiro laboratório de análises clínicas” / praticidade nos exames;
- (D) “..., realizando mais de 50 exames a uma fração do custo atual” / redução de custos;
- (E) “Também é possível, adquirindo lentes que custam centavos, transformar o smartphone num supermicroscópio que permite fazer diagnósticos ainda mais sofisticados” / mais sofisticação nos exames realizados.

**20**

O segmento de texto abaixo em que a preposição *para* tem seu valor semântico corretamente indicado é:

- (A) “Para Topol, o futuro está nos smartphones” / opinião;
- (B) “Está para chegar ao mercado um apetrecho” / direção;
- (C) “os hospitais caminham para uma rápida extinção” / tempo;
- (D) “Dando algum desconto para as previsões, “The Patient” / concessão;
- (E) “...é uma excelente leitura para os interessados nas transformações da medicina” / causa.

**21**

Em todos os segmentos abaixo há exemplos de formas de gerúndio; o valor semântico de uma dessas formas que está corretamente indicado é:

- (A) “Está para chegar ao mercado um apetrecho que transforma o celular num verdadeiro laboratório de análises clínicas, realizando mais de 50 exames a uma fração do custo atual” / finalidade;
- (B) “Também é possível, adquirindo lentes que custam centavos, transformar o smartphone num supermicroscópio” / meio;
- (C) “..., fará com que as pessoas administrem mais sua própria saúde, recorrendo ao médico em menor número de ocasiões” / modo;
- (D) “Dando algum desconto para as previsões,...” / concessão;
- (E) “Concordando com as linhas gerais do pensamento de Topol” / tempo.

TEXTO 2 - Manual de princípios éticos para sites de medicina e saúde na internet

A veiculação de informações, a oferta de serviços e a venda de produtos médicos na Internet têm o potencial de promover a saúde mas também podem causar danos aos internautas, usuários e consumidores.

O CREMESP define a seguir princípios éticos norteadores de uma política de autorregulamentação e critérios de conduta dos sites de saúde e medicina na Internet.

### 1) TRANSPARÊNCIA

Deve ser transparente e pública toda informação que possa interferir na compreensão das mensagens veiculadas ou no consumo dos serviços e produtos oferecidos pelos sites com conteúdo de saúde e medicina. Deve estar claro o propósito do site: se é apenas educativo ou se tem fins comerciais na venda de espaço publicitário, produtos, serviços, atenção médica personalizada, assessoria ou aconselhamento. É obrigatória a apresentação dos nomes do responsável, mantenedor e patrocinadores diretos ou indiretos do site.

### 2) HONESTIDADE

Muitos sites de saúde estão a serviço exclusivamente dos patrocinadores, geralmente empresas de produtos e equipamentos médicos, além da indústria farmacêutica que, em alguns casos, interferem no conteúdo e na linha editorial, pois estão interessados em vender seus produtos.

A verdade deve ser apresentada sem que haja interesses ocultos. Deve estar claro quando o conteúdo educativo ou científico divulgado (afirmações sobre a eficácia, efeitos, impactos ou benefícios de produtos ou serviços de saúde) tiver o objetivo de publicidade, promoção e venda, conforme Resolução CFM N.º 1.595/2000.

### 3) QUALIDADE

A informação de saúde apresentada na Internet deve ser exata, atualizada, de fácil entendimento, em linguagem objetiva e cientificamente fundamentada. Da mesma forma produtos e serviços devem ser apresentados e descritos com exatidão e clareza. Dicas e aconselhamentos em saúde devem ser prestados por profissionais qualificados, com base em estudos, pesquisas, protocolos, consensos e prática clínica.

Os sites com objetivo educativo ou científico devem garantir a autonomia e independência de sua política editorial e de suas práticas, sem vínculo ou interferência de eventuais patrocinadores.

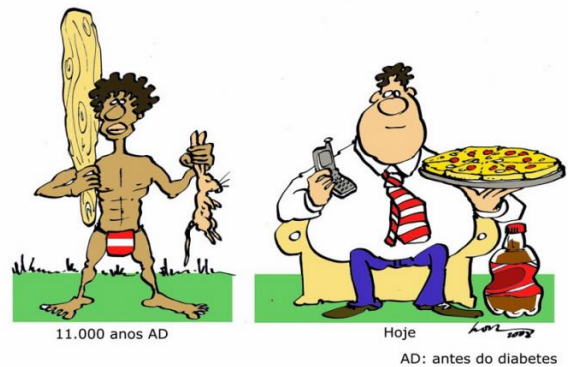
Deve estar visível a data da publicação ou da revisão da informação, para que o usuário tenha certeza da atualidade do site. Os sites devem citar todas as fontes utilizadas para as informações, critério de seleção de conteúdo e política editorial do site, com destaque para nome e contato com os responsáveis.

## 22

O título do texto 2 já define o seu conteúdo como:

- (A) preditivo;
- (B) informativo;
- (C) publicitário;
- (D) normativo;
- (E) instrucional.

## 23



A charge acima apresenta uma estrutura que poderia ser representada pelo seguinte tipo de linguagem figurada:

- (A) antítese;
- (B) paradoxo;
- (C) metonímia;
- (D) pleonismo;
- (E) eufemismo.

## 24

Ao dizer-se, no texto 2, que se trata de “princípios éticos”, isso significa que tais princípios:

- (A) estão de acordo com a lei;
- (B) seguem normas de procedimento moral;
- (C) obedecem a princípios religiosos;
- (D) estão conformes à tradição;
- (E) se regem por regras históricas.

## 25

Os vocábulos abaixo foram retirados dos dois textos desta prova; aquele cujo elemento sublinhado tem valor corretamente indicado é:

- (A) autorregulamentação / verdadeiro;
- (B) indireto / dentro de;
- (C) transformação / tempo;
- (D) diagnóstico / através de;
- (E) supermicroscópio / preço.

## 26

“A veiculação de informações, a oferta de serviços e a venda de produtos médicos na Internet têm o potencial de promover a saúde...”.

Os termos sublinhados podem ter a função de agentes ou pacientes dos termos anteriores; exerce(m) a função de agente:

- (A) todos eles;
- (B) nenhum deles;
- (C) somente o primeiro;
- (D) somente o segundo;
- (E) somente o segundo e o terceiro.

**27**

Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos em língua portuguesa expressam qualificações, características, estados e relações; o adjetivo abaixo que expressa relação é:

- (A) fácil entendimento;
- (B) linguagem objetiva;
- (C) profissionais qualificados;
- (D) prática clínica;
- (E) informação transparente.

**28**

O segmento abaixo que mostra exemplo de linguagem coloquial é:

- (A) “A informação de saúde apresentada na Internet deve ser exata, atualizada, de fácil entendimento, em linguagem objetiva e cientificamente fundamentada”;
- (B) “Da mesma forma produtos e serviços devem ser apresentados e descritos com exatidão e clareza”;
- (C) “Dicas e aconselhamentos em saúde devem ser prestados por profissionais qualificados, com base em estudos, pesquisas, protocolos, consensos e prática clínica”;
- (D) “Deve estar visível a data da publicação ou da revisão da informação, para que o usuário tenha certeza da atualidade do site”;
- (E) “Os sites devem citar todas as fontes utilizadas para as informações, critério de seleção de conteúdo e política editorial do site, com destaque para nome e contato com os responsáveis”.

**29**

No caso do texto 2, o termo transparência se refere à(ao):

- (A) clareza na linguagem empregada;
- (B) exposição rápida das informações;
- (C) informação total sobre a estrutura do site;
- (D) oferecimento de serviços úteis;
- (E) demonstração de recebimentos e pagamentos.

**30**

“Muitos sites de saúde estão a serviço exclusivamente dos patrocinadores, geralmente empresas de produtos e equipamentos médicos, além da indústria farmacêutica que, em alguns casos, interferem no conteúdo e na linha editorial, pois estão interessados em vender seus produtos”.

Sobre a concordância nesse segmento do texto 2, a afirmação inadequada é:

- (A) “muitos” concorda com “sites”;
- (B) “interessados” deveria ser substituído por “interessadas”;
- (C) “editorial” concorda exclusivamente com “linha”;
- (D) “médicos” se refere a “produtos e equipamentos”;
- (E) “farmacêutica” concorda com “indústria”.

## Raciocínio Lógico Matemático

**31**

Cláudio dividiu um círculo em 15 setores circulares. As medidas dos ângulos centrais desses setores, em graus, são números inteiros positivos e formam uma progressão aritmética.

A menor medida possível, em graus, do ângulo central do menor desses setores é:

- (A) 1;
- (B) 2;
- (C) 3;
- (D) 4;
- (E) 5.

**32**

As somas de três números inteiros, dois a dois, são, respectivamente, 29, 63 e 68.

O maior desses três números inteiros é:

- (A) 60;
- (B) 51;
- (C) 49;
- (D) 44;
- (E) 37.

**33**

O carro de Joana faz 15 km por litro de gasolina e o carro de Laura faz 10 km por litro de gasolina.

Joana e Laura percorreram exatamente a mesma distância em quilômetros com seus respectivos carros.

No total, a razão entre quilômetros percorridos e o número de litros de gasolina gastos pelas duas foi igual a:

- (A) 11,5;
- (B) 12,0;
- (C) 12,5;
- (D) 13,0;
- (E) 13,5.

**34**

Para viajar aos Estados Unidos, Lucas trocou x euros por dólares americanos, a uma razão de sete dólares para cada seis euros.

Após gastar 1000 dólares nos Estados Unidos, Lucas verificou que

ainda tinha  $\frac{x}{2}$  dólares americanos.

O valor de x é:

- (A) 2000;
- (B) 1800;
- (C) 1750;
- (D) 1600;
- (E) 1500.

**35**

Sejam  $x$  e  $y$  números inteiros positivos tais que  $\frac{x}{16} = \frac{3}{y}$ .

O número de pares ordenados diferentes  $(x, y)$  que podem ser formados é:

- (A) 16;
- (B) 14;
- (C) 12;
- (D) 10;
- (E) 8.

**36**

Uma moeda foi alterada de modo que, ao ser lançada, a probabilidade de sair cara é menor que  $\frac{1}{2}$  e, ao ser lançada duas vezes consecutivas, a probabilidade de sair a mesma quantidade de caras e de coroas é  $\frac{4}{9}$ .

Se essa moeda for lançada três vezes consecutivas, a probabilidade de saírem três coroas é:

- (A)  $\frac{1}{64}$ ;
- (B)  $\frac{27}{64}$ ;
- (C)  $\frac{1}{27}$ ;
- (D)  $\frac{8}{27}$ ;
- (E)  $\frac{3}{8}$ .

**37**

Quando contamos os múltiplos de 4, de 16 até 256, o número  $N$  é o 22º múltiplo contado.

Quando contamos os múltiplos de 4 na ordem inversa, de 256 até 16, o número  $N$  ocupa a posição:

- (A) 38;
- (B) 39;
- (C) 40;
- (D) 41;
- (E) 42.

**38**

Em um cofre há muitas moedas de R\$ 1,00 e de R\$ 0,50.

Pedro vai tirando, uma a uma, as moedas desse cofre. Das cinco primeiras moedas que ele tirou, três eram de R\$ 1,00.

Depois ele tirou mais  $N$  moedas e, no total das moedas retiradas, mais de 90% eram de R\$ 1,00.

O valor mínimo de  $N$  é:

- (A) 16;
- (B) 18;
- (C) 20;
- (D) 25;
- (E) 27.

**39**

Um determinado mês com 31 dias tem a mesma quantidade de sextas-feiras, de sábados e de domingos.

Entre os sete dias da semana, o número daqueles que podem ser o primeiro dia desse mês é:

- (A) 2;
- (B) 3;
- (C) 4;
- (D) 5;
- (E) 6.

**40**

Miguel pagou atrasado a conta de seu cartão de crédito. Por esse motivo, a operadora do cartão cobrou, entre multa e juros, um total de 15% sobre o valor original da conta, totalizando R\$ 920,00.

O valor original da conta do cartão de crédito de Miguel era:

- (A) R\$ 720,00;
- (B) R\$ 756,00;
- (C) R\$ 782,00;
- (D) R\$ 790,00;
- (E) R\$ 800,00.

## Organização do Ministério Público

**41**

Indiara, recém-aprovada no concurso para o cargo de Técnico do Ministério Público, procurou inteirar-se da forma de organização do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ao final, concluiu que a carreira, diversamente da classe e do padrão, é unitária. À luz dessa constatação, é correto afirmar que:

- (A) Indiara não pode mudar de carreira ou de classe dentro do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares;
- (B) somente o padrão do servidor permanece o mesmo desde que ingressa na carreira;
- (C) somente a classe permanece inalterada desde o momento em que o servidor ingressa na carreira;
- (D) o padrão e a classe permanecem inalterados desde o momento em que o servidor ingressa na carreira;
- (E) Indiara não pode mudar de carreira dentro do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares.

**42**

Após ampla investigação, o Promotor de Justiça com atribuição constatou que determinada construtora, com atuação em diversos Estados do território nacional, inseria, em todos os contratos que celebrava, uma cláusula nitidamente ilegal e gravosa para os milhares de adquirentes das unidades habitacionais que comercializava. A construtora foi notificada para cessar essa prática, mas negou-se a fazê-lo. Considerando a natureza dos interesses envolvidos, o membro do Ministério Público deve ajuizar, em face da construtora, com o objetivo de proteger os adquirentes das unidades, atuais e futuros:

- (A) ação civil pública;
- (B) mandado de segurança coletivo;
- (C) inquérito civil;
- (D) ação popular;
- (E) ação penal.

**43**

Determinado membro do Ministério Público, com atribuição em matéria criminal, recebeu peças de informação noticiando a possível prática de um ilícito penal. É correto afirmar que esse membro:

- (A) deve necessariamente ajuizar a ação penal cabível;
- (B) não pode promover o arquivamento dessas peças;
- (C) pode instaurar procedimento investigatório criminal;
- (D) deve encaminhar as peças de informação à Delegacia de Polícia;
- (E) pode impetrar um mandado de segurança em favor do suspeito.

**44**

Ernesto, estudante de direito, decidiu inteirar-se a respeito da sistemática legal afeta à organização do Ministério Público, mais especificamente em relação à natureza jurídica e ao fundamento de validade das leis existentes. É correto afirmar que a organização do Ministério Público Estadual é disciplinada:

- (A) exclusivamente na Constituição da República Federativa do Brasil;
- (B) na Constituição da República Federativa do Brasil e em lei complementar estadual;
- (C) na Constituição da República Federativa do Brasil, em lei ordinária federal e em lei complementar estadual;
- (D) na Constituição da República Federativa do Brasil, em lei complementar federal e em lei complementar estadual;
- (E) na Constituição da República Federativa do Brasil, em lei ordinária federal e em lei ordinária estadual.

**45**

Em decorrência de grave crise financeira que assolava determinado Estado da Federação, o Chefe do Poder Executivo foi aconselhado, por sua assessoria, a promover drásticas reduções nas despesas públicas de todos os órgãos a ele vinculados. Ato contínuo, expediu ofício ao Procurador-Geral de Justiça, informando o valor das reduções e determinando que tal fosse feito no prazo estipulado.

A determinação do Governador do Estado:

- (A) está em harmonia com a ordem constitucional, porque o Ministério Público integra a Administração Pública indireta, estando vinculado ao Poder Executivo;
- (B) destoa da ordem constitucional, porque o Ministério Público é função essencial à justiça, estando vinculado, portanto, ao Poder Judiciário;
- (C) está em harmonia com a ordem constitucional, porque o Ministério Público integra a Administração Pública direta, estando vinculado ao Poder Executivo;
- (D) destoa da ordem constitucional, pois o Ministério Público é instituição constitucionalmente autônoma, desvinculada dos denominados Poderes estatais;
- (E) pode harmonizar-se, ou não, com a ordem constitucional, conforme a lei orçamentária tenha, ou não, incluído as despesas do Ministério Público no âmbito do Poder Executivo.

**46**

Maria e Eusébia, servidoras do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, atuavam na Secretaria de uma Promotoria de Justiça e foram informadas que deveriam atender ao público em horário diverso daquele estabelecido na Resolução nº 11/2012.

A autoridade competente para estabelecer essa alteração é:

- (A) Procurador-Geral de Justiça;
- (B) Corregedor-Geral do Ministério Público;
- (C) Coordenador do respectivo Centro Regional de Apoio Administrativo Institucional;
- (D) Secretário-Geral do Ministério Público;
- (E) Promotor de Justiça à frente da respectiva Promotoria de Justiça.

**47**

Determinado Promotor de Justiça ajuizou ação penal, pela prática do crime de roubo, em face de João e André. Ocorre que Pedro, vítima do crime, discordou, pois, no seu entender, Enéias também deveria responder à ação penal.

Por entender que o membro do Ministério Público agiu incorretamente, Pedro ingressou com representação no Conselho Nacional do Ministério Público. Argumentou que o membro do Ministério Público afrontou a ordem jurídica e a prova dos autos, pedindo, ao final, que fosse determinado o ajuizamento da ação penal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Conselho Nacional do Ministério Público:

- (A) pode expedir a determinação requerida, pois zela pela observância da legalidade no âmbito do Ministério Público;
- (B) não pode expedir a determinação requerida, pois não pode exercer o controle da atuação funcional do Ministério Público;
- (C) pode expedir a determinação requerida, pois deve controlar a atuação administrativa, financeira e funcional do Ministério Público;
- (D) não pode expedir a determinação requerida, pois a única autoridade que poderia fazê-lo seria o Procurador-Geral de Justiça;
- (E) pode expedir a determinação requerida, o que decorre de competência para desconstituir os atos praticados pelo Ministério Público.

**48**

Determinado membro do Ministério Público, titular de uma Promotoria de Justiça com atribuição para a tutela dos direitos individuais indisponíveis, recebeu notícia de um ato ilícito que se inseria na sua esfera de atribuições. Por tal motivo, instaurou procedimento administrativo para apurar o ocorrido. A respeito da instrução desse procedimento, é correto afirmar que:

- (A) somente o Promotor de Justiça pode praticar atos de instrução e ordenação;
- (B) o Promotor de Justiça pode designar servidor para secretariá-lo;
- (C) o Conselho Superior do Ministério Público deve homologar as diligências a serem realizadas;
- (D) as medidas de instrução a serem adotadas devem ser previamente homologadas pelo Procurador-Geral de Justiça;
- (E) o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça é a instância recursal de todos os atos de instrução praticados.



**49**

Ilirene, servidora do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, foi informada que seria lotada na secretaria dos órgãos colegiados, os quais fazem parte da Administração Superior da instituição. É correto afirmar que se enquadra nessa categoria:

- (A) a Câmara de Coordenação e Revisão;
- (B) a Corregedoria-Geral do Ministério Público;
- (C) a Secretaria-Geral do Ministério Público;
- (D) o Colégio de Procuradores de Justiça;
- (E) a Turma Recursal de Atuação Extrajudicial.

**50**

Pedro, recém-aprovado no concurso para servidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, foi lotado em uma Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva. Nos primeiros dias de sua rotina, recebeu um inquérito civil no qual estava inserida uma promoção de arquivamento exarada pelo Promotor de Justiça com atribuição. Em atenção à sistemática legal e regulamentar, esse inquérito civil deve ser encaminhado:

- (A) ao Conselho Superior do Ministério Público;
- (B) à Gerência de Arquivo;
- (C) ao Procurador-Geral de Justiça;
- (D) à Corregedoria-Geral do Ministério Público;
- (E) à Secretaria-Geral do Ministério Público.

## Noções de Direito Administrativo e Constitucional

**51**

O Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de poder concedente, aplicou multa à concessionária prestadora de determinado serviço público, em decorrência de suposto descumprimento de regras de segurança pela inexistência de equipamentos obrigatórios durante a prestação do serviço concedido. Inconformada, a concessionária ajuizou ação declaratória de nulidade de multa administrativa. No curso da instrução processual, sobreveio aos autos prova pericial que concluiu pela inexistência de problemas com regras de segurança, pois à época dos fatos a concessionária possuía os equipamentos exigidos. Instado a ofertar parecer, o Promotor Cível se manifesta no sentido da:

- (A) improcedência do pedido, pois a aplicação de multa administrativa por descumprimento de cláusula contratual é ato administrativo vinculado, que não se sujeita à sindicabilidade pelo Poder Judiciário;
- (B) improcedência do pedido, pois a aplicação de multa administrativa por descumprimento de cláusula contratual é ato administrativo discricionário, cujo mérito não pode ser controlado pelo Poder Judiciário;
- (C) procedência do pedido, com aplicação do princípio da continuidade dos serviços públicos, pois a aplicação ilegal de multa implica o direito público subjetivo do concessionário interromper o serviço público;
- (D) procedência do pedido, com aplicação da teoria da anulabilidade dos atos administrativos vinculados, eis que cabe ao Poder Judiciário, em regra, controlar a legalidade e o mérito dos atos administrativos;
- (E) procedência do pedido, com aplicação da teoria dos motivos determinantes, pois o motivo do ato administrativo deve guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação da vontade.

**52**

Promotor de Justiça Criminal notificou diversas vezes famoso político ex-ocupante de mandato eletivo municipal para comparecer ao órgão de execução ministerial, na qualidade de testemunha, para prestar declarações, no bojo de procedimento investigatório criminal com sigilo decretado, que apura crimes contra a Administração Pública. Diante da recusa reiterada e injustificada de comparecimento do político, o Promotor determinou sua condução coercitiva, designando Antônio, Técnico do Ministério Público da Área de Notificação (TNAI), e policiais para cumprirem a diligência. Com o escopo de fornecer informação privilegiada ao político, o TNAI Antônio revelou-lhe fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições e que devia permanecer em segredo, ou seja, que seria conduzido coercitivamente na manhã do dia seguinte. A conduta do TNAI Antônio frustrou a diligência, pois o político viajou para local incerto. De acordo com a Lei nº 8.429/90, o TNAI Antônio:

- (A) não cometeu ato de improbidade administrativa, eis que não houve prejuízo ao erário, mas cometeu crime contra a administração pública, que deverá ser julgado pelo juízo de competência criminal do local onde ocorreram os fatos;
- (B) não cometeu ato de improbidade administrativa, eis que não houve prejuízo ao erário, mas cometeu infração administrativa disciplinar punível com pena de demissão;
- (C) cometeu ato de improbidade administrativa, que deverá ser julgado pelo juízo de competência criminal do local onde ocorreram os fatos;
- (D) cometeu ato de improbidade administrativa, que pode acarretar, dentre outras sanções, o ressarcimento integral do dano e a cassação dos direitos políticos;
- (E) cometeu ato de improbidade administrativa, que pode acarretar, dentre outras sanções, a perda da função pública e o pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

**53**

O Promotor de Tutela Coletiva expediu, no bojo de inquérito civil público, notificação, pelos correios, via AR (aviso de recebimento), a Joaquim, para comparecer à Promotoria a fim de prestar esclarecimentos sobre eventual poluição sonora que estaria sendo provocada por máquinas de som em alto volume em seu bar. Frustrada a notificação via postal, o Promotor determinou que a diligência fosse cumprida por Técnico do Ministério Público da Área de Notificação (TNAI). Assim, o TNAI Gustavo compareceu ao bar de Joaquim para notificá-lo, leu o teor do mandado, entregou uma via original, mas o notificando se recusou a apor o ciente. Gustavo, então, emitiu certidão circunstanciada sobre os fatos. Concluída a investigação, o Promotor ajuizou ação civil pública em face de Joaquim que, em sua contestação, alegou que não foi notificado em sede pré-processual. Em relação a tal argumento, na réplica, o Promotor destacou que, pelo princípio:

- (A) da legalidade do ato administrativo, o ônus da prova incumbe a quem alega, razão pela qual é necessário que o Ministério Público arrole o TNAI Gustavo para ser ouvido como testemunha na fase de instrução probatória;
- (B) da supremacia do interesse público sobre o particular, existe presunção absoluta de que o teor da certidão do TNAI é verdadeiro e o ato foi praticado com observância das normas legais pertinentes;
- (C) da lealdade processual, o ônus da prova incumbe a quem alega, razão pela qual é necessário que o Ministério Público arrole o TNAI Gustavo para ser ouvido como testemunha na fase de instrução probatória;
- (D) da presunção de legitimidade do ato administrativo, existe presunção relativa de que o teor da certidão do TNAI Gustavo é verdadeiro e o ato foi praticado com observância das normas legais pertinentes, razão pela qual se inverte o ônus da prova;
- (E) da boa-fé objetiva do ato administrativo, é preciso que se comprove a efetiva notificação de Joaquim pelo TNAI Gustavo, o que será feito com a oitiva de testemunhas que estavam presentes no bar no momento do ato.

**54**

Cristina, servidora estadual ocupante do cargo de Técnico do Ministério Público da Área de Notificação (TNAI), cumprindo determinação do Promotor da Infância e Juventude, notificou Charles para comparecer à Promotoria para prestar esclarecimentos sobre suposto abuso sexual de que teriam sido vítimas seus filhos menores. Meses depois, Charles ajuizou ação ordinária pretendendo reparação por danos morais, alegando que se submeteu a ato vexatório por ter sido abordado no portão de sua casa pelo TNAI para receber documento que tratava de assunto constrangedor, e que as vizinhas do outro lado da rua avistaram o ato notificatório, sem, contudo, terem escutado seu teor. No caso em tela, a pretensão de Charles deve ser julgada:

- (A) procedente, pois se aplica a responsabilidade civil subjetiva do Estado e, por tal razão, o particular não precisa comprovar ter o agente público agido com culpa ou dolo;
- (B) procedente, pois se aplica a responsabilidade civil objetiva do Estado e, por tal razão, o particular não precisa comprovar o resultado danoso causado pelo ato ilícito;
- (C) improcedente, pois não está presente o elemento do dolo ou culpa da responsabilidade civil subjetiva do Estado, a que se submetem os agentes dos serviços auxiliares do Ministério Público no exercício das funções;
- (D) improcedente, pois os atos praticados por agentes dos serviços auxiliares do Poder Judiciário e do Ministério Público não se submetem ao regime de responsabilidade civil objetiva;
- (E) improcedente, pois ausentes os elementos da responsabilidade civil objetiva do Estado, a que se submetem os agentes dos serviços auxiliares do Ministério Público no exercício das funções.

**55**

Ernesto, servidor público estadual, ao atender um cidadão em sua repartição, ficou aborrecido com o comentário de que o atendimento era muito ruim. Ato contínuo, desferiu socos e chutes no referido cidadão. Este último procurou um advogado e solicitou esclarecimentos a respeito de quem seria o responsável pela reparação dos danos sofridos, bem como sobre a natureza dessa espécie de responsabilização. À luz da sistemática constitucional, nesse caso, a responsabilidade:

- (A) da Administração Pública será objetiva, vedado o direito de regresso contra o servidor público;
- (B) do servidor público será objetiva, vedado o direito de regresso contra a Administração Pública;
- (C) da Administração Pública será subjetiva, facultado o direito de regresso contra o servidor público;
- (D) do servidor público será subjetiva, permitido o direito de regresso contra a Administração Pública;
- (E) da Administração Pública será objetiva, permitido o direito de regresso contra o servidor público.

**56**

O Ministério Público de determinado Estado da Federação, com base no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, instaurou procedimento investigatório para apurar informações de que determinada indústria estava despejando poluentes, sem qualquer tratamento, em um rio que, além de abrigar variada fauna, era utilizado por inúmeras pessoas como fonte exclusiva de água potável. No exemplo narrado, a investigação busca proteger uma modalidade de interesse:

- (A) coletivo;
- (B) difuso;
- (C) individual homogêneo;
- (D) social disponível;
- (E) coletivo transacionável.

**57**

Ednaldo, estudante de direito, observou que os direitos fundamentais à honra e à liberdade de expressão estavam constantemente em conflito, tendo sérias dúvidas de como proceder para superar esse estado de coisas. Pedro, emérito professor de direito constitucional, observou que a solução passava pela classificação desses direitos fundamentais como princípios constitucionais. Em atenção à observação de Pedro, é correto afirmar que, na situação referida por Ednaldo, o conflito:

- (A) será resolvido a partir da ponderação dos princípios envolvidos, conforme as circunstâncias do caso concreto;
- (B) não pode ser resolvido, pois tanto o direito à honra como à liberdade de expressão devem ser protegidos;
- (C) será resolvido conferindo-se, sempre, maior importância ao princípio democrático, presente na liberdade de expressão;
- (D) não pode ser resolvido pelo Poder Judiciário, pois somente o Legislativo pode disciplinar o conteúdo dos princípios;
- (E) será resolvido conferindo-se, sempre, maior importância ao princípio da privacidade, presente no direito à honra.

**58**

Após ser intimado de uma decisão desfavorável proferida por Tribunal Estadual, Cláudio procurou seu advogado e disse que queria submeter a matéria à apreciação do Conselho Nacional de Justiça. Afinal, no seu entender, a decisão, além de injusta, fora proferida por julgadores suspeitos, destituídos, portanto, de imparcialidade para o exame da causa.

O advogado, emérito publicista, realizou uma ampla exposição a respeito da sistemática constitucional afeta a essa matéria. Diante do caso concreto, é correto afirmar que o Conselho Nacional de Justiça:

- (A) enquanto órgão de controle externo do Poder Judiciário, pode rever qualquer decisão proferida pelos Tribunais;
- (B) é órgão de controle externo do Poder Judiciário, que não pode rever as decisões jurisdicionais dos Tribunais;
- (C) enquanto órgão de cúpula do Poder Judiciário, pode rever qualquer decisão proferida pelos Tribunais;
- (D) é órgão do Poder Judiciário, que não pode rever as decisões jurisdicionais dos Tribunais;
- (E) é órgão constitucionalmente autônomo, estranho aos poderes estatais, que zela pela legalidade.

**59**

Técnico de notificação do Ministério Público recebe documentos sigilosos oriundos de determinado procedimento para cumprimento de diligência. De maneira negligente, porém, jogou no lixo juntamente com outros papéis de contas pessoais, causando, assim, o sumiço do importante documento público. Considerando a situação narrada, a conduta do técnico de notificação, sob o ponto de vista penal:

- (A) configura crime de excesso de exação;
- (B) configura crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento público;
- (C) configura crime de violação do sigilo funcional;
- (D) é atípica;
- (E) configura crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.

**60**

Luiz foi denunciado pela prática do crime do artigo 313-A do Código Penal, que tipifica a conduta do funcionário de inserir ou facilitar a inserção de dados falsos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública, com o fim de obter indevida vantagem para si ou para outrem ou para causar dano. A infração penal mencionada ostenta a natureza de crime:

- (A) próprio com relação ao sujeito passivo;
- (B) próprio com relação ao sujeito ativo, não sendo possível a responsabilização do particular em qualquer hipótese;
- (C) doloso ou culposo, dependente do elemento subjetivo do agente, sendo ambas puníveis;
- (D) comum, sendo dispensável a presença de funcionário público;
- (E) que admite, em tese, a tentativa.

## Noções de Direito Processual

61

Tendo-se iniciado o prazo de quinze dias para contestar uma demanda, o réu apresentou contestação no oitavo dia do prazo. Porém, no décimo quarto dia do prazo, optou o demandado por protocolizar uma nova peça contestatória, nela deduzindo linha defensiva essencialmente diversa daquela exposta em sua primeira peça. Nesse cenário, deve o juiz:

- (A) receber a segunda contestação, já que ofertada ainda dentro do prazo legal;
- (B) receber a segunda contestação, em observância aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório;
- (C) deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão lógica;
- (D) deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão consumativa;
- (E) deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão temporal.

62

Segundo a legislação vigente, a apelação é dotada de efeito suspensivo caso seja interposta contra sentença que:

- (A) rescindir contrato de compra e venda em que figure incapaz;
- (B) condenar o réu a pagar alimentos;
- (C) confirmar tutela provisória concedida liminarmente;
- (D) decretar a interdição;
- (E) extinguir, sem resolução do mérito, embargos do executado.

63

A possibilidade de concessão, pelo juiz da causa, de tutela antecipatória do mérito, *inaudita altera parte*, em razão de requerimento formulado nesse sentido pela parte autora em sua petição inicial, está diretamente relacionada ao princípio:

- (A) do juiz natural;
- (B) da inércia da jurisdição;
- (C) da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (D) do contraditório;
- (E) da motivação das decisões judiciais.

64

Pedro, proprietário de um bem imóvel situado na Comarca de Niterói, ao saber que o mesmo foi ocupado, sem a sua autorização, por Luiz, intentou ação reivindicatória na Comarca do Rio de Janeiro, onde é domiciliado. De acordo com a sistemática processual vigente, o réu:

- (A) deve alegar o vício de incompetência como preliminar de sua contestação, sem que o juiz possa conhecer *ex officio* da matéria;
- (B) deve alegar o vício de incompetência como preliminar de sua contestação, embora o juiz possa conhecer *ex officio* da matéria;
- (C) deve alegar o vício de incompetência pela via da exceção, sem que o juiz possa conhecer *ex officio* da matéria;
- (D) deve alegar o vício de incompetência pela via da exceção, embora o juiz possa conhecer *ex officio* da matéria;
- (E) não pode alegar o vício de incompetência, já que a possibilidade de o autor intentar a ação na comarca de seu domicílio compatibiliza-se com a garantia constitucional do pleno acesso à jurisdição.

65

De acordo com a disciplina em vigor, é correto afirmar, no que concerne aos prazos processuais, que:

- (A) o Ministério Público dispõe do prazo em quádruplo para contestar;
- (B) reputa-se tempestivo o ato praticado antes do termo *a quo* da fluência do prazo;
- (C) não havendo norma jurídica expressa ou prazo fixado pelo juiz, deve a parte praticar o ato processual que lhe incumbir em quarenta e oito horas;
- (D) os litisconsortes com procuradores diferentes, ainda que integrantes de um mesmo escritório de advocacia, têm o benefício do prazo em dobro para que se manifestem;
- (E) salvo disposição em contrário, os prazos são contados incluindo-se o dia do começo e o do vencimento.

66

Diante do descumprimento de obrigação contratual, o credor ajuizou ação de cobrança em face do devedor. A petição inicial foi distribuída à 1ª Vara Cível da Comarca da Capital no dia 22 de março de 2016, com juízo positivo de admissibilidade da demanda em 04 de abril e citação válida do réu em 19 de abril. Por seu turno, o devedor também propôs demanda, pleiteando a declaração de nulidade do mesmo contrato, tendo a sua peça exordial sido distribuída à 9ª Vara Cível da mesma comarca, no dia 24 de março de 2016, com juízo positivo de admissibilidade da ação em 01 de abril e citação válida em 25 de abril. À luz da sistemática processual vigente, os feitos:

- (A) não podem ser reunidos, devendo cada qual tramitar perante o juízo cível para onde a respectiva petição inicial foi distribuída;
- (B) devem ser reunidos, em razão do vínculo da continência, estando prevento o juízo da 1ª Vara Cível da Comarca da Capital;
- (C) devem ser reunidos, em razão do vínculo da continência, estando prevento o juízo da 9ª Vara Cível da Comarca da Capital;
- (D) devem ser reunidos, em razão do vínculo da conexão, estando prevento o juízo da 1ª Vara Cível da Comarca da Capital;
- (E) devem ser reunidos, em razão do vínculo da conexão, estando prevento o juízo da 9ª Vara Cível da Comarca da Capital.

67

No tocante à inércia, uma exceção a tal característica da jurisdição, de acordo com a legislação processual vigente, é a:

- (A) interdição;
- (B) reintegração de posse de imóvel público;
- (C) restauração de autos;
- (D) anulação de contrato administrativo;
- (E) nulidade de casamento.

68

São elementos identificadores da ação:

- (A) juízo, partes e pedido;
- (B) juízo competente, causa de pedir e demanda;
- (C) partes, causa de pedir e pedido;
- (D) partes, interesse processual e pedido;
- (E) causa de pedir, legitimidade e demanda.

**69**

No que se refere à aferição da presença, ou não, das condições para o regular exercício da ação, a teoria aplicável é:

- (A) a asserção;
- (B) a substanciação;
- (C) a individualização;
- (D) a causa madura;
- (E) a concreta do direito de ação.

**70**

São condições para o regular exercício da ação:

- (A) legitimidade *ad causam* e demanda regularmente formulada;
- (B) interesse de agir e competência do juízo;
- (C) legitimidade *ad processum* e possibilidade jurídica do pedido;
- (D) possibilidade jurídica do pedido e competência do juízo;
- (E) legitimidade *ad causam* e interesse de agir.

**71**

Chega notícia através da Ouvidoria do Ministério Público da prática de determinado crime e que possivelmente haveria omissão da Delegacia de Polícia na apuração. Em razão disso, o Promotor de Justiça instaura procedimento de investigação criminal no âmbito da própria Promotoria. Sobre o poder investigatório do Ministério Público, de acordo com a atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, a conduta do promotor foi:

- (A) ilegal, pois o Ministério Público não tem poder para investigar diretamente e por meio próprio a prática de qualquer crime;
- (B) legal, pois tem o Ministério Público poder de investigação direta, desde que haja omissão da Polícia Civil, ainda que não exista inquérito policial instaurado anteriormente;
- (C) ilegal, pois o Ministério Público somente pode investigar diretamente se houver inquérito policial instaurado previamente e confirmada a omissão da autoridade policial;
- (D) legal, pois tem o Ministério Público poder de investigação direta, respeitados os direitos constitucionais do investigado, assim como eventual foro por prerrogativa de função;
- (E) ilegal, somente cabendo ao Ministério Público exercer o controle da atividade policial.

**72**

Promotor de Justiça vinculado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, durante férias em Vitória-ES, entra em discussão com companheiro de excursão de viagem e acaba por desferir facadas neste com a intenção de causar-lhe a morte, o que efetivamente ocorre. Nesse caso, será competente para julgar o promotor de justiça pelo homicídio causado:

- (A) Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- (B) Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo;
- (C) Tribunal do Júri do Espírito Santo;
- (D) Tribunal do Júri do Rio de Janeiro;
- (E) Superior Tribunal de Justiça.

**73**

Analise as seguintes situações:

I – João mora em Barra Mansa, mas será testemunha em processo criminal que corre na Vara Criminal de Queimados, sendo que já se manifestou no sentido de que prefere ser ouvido no próprio juízo onde corre o processo.

II – Claudio está preso no Complexo de Gericinó, em Bangu, e deverá ser citado para responder a nova ação penal que corre perante uma das Varas Criminais de Bangu.

III – Oficial de justiça comparece três vezes à casa de Francisco para citá-lo em processo criminal, mas, apesar de confirmado o endereço, nunca o encontra, certificando que o acusado está se ocultando para não ser citado.

Os atos de comunicação de João, Claudio e Francisco deverão ser realizados, respectivamente, da seguinte forma:

- (A) intimação por carta precatória, citação pessoal por oficial de justiça e citação por hora certa;
- (B) intimação por carta precatória, citação pessoal por oficial de justiça e citação por edital;
- (C) intimação por edital, citação pessoal por oficial de justiça e citação por hora certa;
- (D) intimação por carta precatória, citação por edital e citação por edital;
- (E) intimação por edital, citação pessoal por oficial de justiça e citação por edital.

**74**

Tem em curso, perante Promotoria de Investigação Criminal, inquérito policial instaurado para apurar a prática do crime de receptação qualificada (art. 180, §1º - pena: 03 a 08 anos de reclusão e multa). Antes da denúncia, o Ministério Público formula apenas requerimento de busca e apreensão, encaminhando os autos ao juízo e solicitando que, após decisão, sejam encaminhados para Delegacia para prosseguimento das investigações. Ao analisar o pedido, o juiz defere o requerimento ministerial de busca e apreensão e, ainda, decreta a prisão preventiva do indiciado. De acordo com o Código de Processo Penal, a decisão do juiz foi:

- (A) incorreta, pois não cabe, em hipótese alguma, prisão preventiva decretada de ofício no processo penal;
- (B) válida, pois o juiz pode, a qualquer momento das investigações ou da ação penal, decretar a prisão preventiva do indiciado/acusado de ofício;
- (C) incorreta, pois a pena prevista ao delito não admite a decretação de prisão preventiva, já que o crime foi praticado sem violência;
- (D) incorreta, pois decretada de ofício no curso das investigações e não no curso de ação penal;
- (E) válida, pois no momento em que o Ministério Público formulou requerimento de busca e apreensão, a decisão do magistrado de decretar a prisão não é considerada de ofício.

**75**

O processo penal pode ser considerado uma relação jurídica processual envolvendo diversos atores. Dentre esses sujeitos do processo, tanto a legislação penal quanto a doutrina preocupam-se em conferir um tratamento detalhado sobre o acusado e seu defensor, de modo a se garantir, com isso, o respeito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Sobre o tema, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) nenhum acusado poderá ser julgado sem defensor, exceto se foragido, não podendo ser localizado;
- (B) o acusado, em seu interrogatório, possui direito integral ao silêncio, ou seja, sobre os fatos imputados e também sobre seus dados qualificativos;
- (C) o Ministério Público poderá oferecer denúncia em face de indivíduo a partir de características e identidade física, ainda que desconhecido seu verdadeiro nome ou completa qualificação;
- (D) o direito ao silêncio e o direito de não produzir provas contra si faz com que o acusado possa, de maneira legal, imputar o crime pelo qual foi denunciado a terceiro determinado, ainda que o saiba inocente;
- (E) caso o acusado não seja localizado para ser citado, poderá a citação ocorrer por edital, permitindo o prosseguimento regular do processo, ainda que não compareça ou constitua advogado.

**76**

Ana e Carolina foram denunciadas pela prática de crimes de homicídio em processos distintos, já que foram imputados fatos diferentes a cada uma delas. Após encerrada a instrução probatória da primeira fase do procedimento bifásico do Tribunal do Júri, em alegações finais, o Ministério Público pediu a pronúncia de cada uma das réas em seus processos, enquanto a defesa técnica das duas pediu absolvição sumária ou, subsidiariamente, impronúncia. O juiz proferiu as duas decisões no mesmo dia, impronunciando Ana e pronunciando Carolina, submetendo esta ao julgamento plenário do Tribunal do Júri. Nesse caso, da decisão de impronúncia e da decisão de pronúncia caberão os seguintes recursos, respectivamente:

- (A) apelação e recurso em sentido estrito;
- (B) apelação e apelação;
- (C) agravo e recurso em sentido estrito;
- (D) recurso em sentido estrito e recurso em sentido estrito;
- (E) recurso em sentido estrito e apelação.

**77**

Maria, 30 anos, foi vítima da prática de um crime de estupro, crime este de ação penal pública condicionada à representação. Apesar de não querer falar sobre os fatos ou contribuir para eventuais investigações, a mãe de Maria comparece à Delegacia e narra os fatos. Diante da situação apresentada e sobre o tema inquérito policial, é correto afirmar que:

- (A) apesar de o oferecimento de denúncia depender de representação, a instauração do inquérito policial independe da mesma;
- (B) ainda que conclua pela atipicidade dos fatos, uma vez instaurado formalmente o inquérito policial, não poderá a autoridade policial mandar arquivar os autos;
- (C) o inquérito policial tem como uma de suas características a indispensabilidade;
- (D) o Código de Processo Penal proíbe a reprodução simulada dos fatos antes do oferecimento da denúncia, ainda que com a concordância do indiciado;
- (E) o inquérito policial tem como características a oralidade, a informalidade e o sigilo.

**78**

Determinada vítima de um crime de injúria, ou seja, delito de ação penal privada, comparece ao Ministério Público e solicita reunião com o promotor de justiça para esclarecimentos. Na ocasião, narra que identificou serem duas as autoras do crime, Joana e Carla, que confessaram. Entretanto, como Joana é amiga de sua filha, a vítima não tem interesse em oferecer queixa em face da mesma, mas somente contra Carla. Considerando os princípios aplicáveis às ações penais privadas e a situação exposta, deverá o promotor esclarecer que:

- (A) aplica-se o princípio da obrigatoriedade às ações penais privadas, de modo que a queixa deverá ser formulada em face das duas autoras;
- (B) aplica-se o princípio da oportunidade às ações penais privadas, razão pela qual poderá a vítima formular queixa apenas em face de uma das autoras do crime;
- (C) o princípio da indivisibilidade é exclusivo das ações penais públicas, já que o promotor está sujeito ao princípio da obrigatoriedade;
- (D) aplica-se o princípio da disponibilidade às ações penais privadas, razão pela qual poderá a vítima formular queixa apenas em face de uma das autoras do crime;
- (E) aplica-se o princípio da oportunidade às ações penais privadas, mas a renúncia em relação a um dos autores do crime se estende aos demais.

**79**

Secretaria do Ministério Público recebe representação onde se narra a prática de um crime comum por imputável em concurso de agentes com adolescente, além de um crime militar em conexão com o crime comum já mencionado. Diante da conexão existente e das regras previstas no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) todos os delitos e autores deverão ser julgados perante a Justiça Militar;
- (B) todos os delitos e autores deverão ser julgados perante a Justiça Estadual comum;
- (C) o delito militar, apesar da conexão, será julgado na Justiça Militar, enquanto que, em relação ao crime comum, o imputável será julgado perante juízo criminal, e o adolescente, perante juízo da infância e juventude;
- (D) o delito militar, apesar da conexão, será julgado na Justiça Militar, enquanto que, em relação ao crime comum, o adolescente e o imputável deverão ser julgados no juízo criminal;
- (E) em razão da conexão, o delito militar e o imputável, em relação ao crime comum, deverão ser julgados perante o mesmo juízo criminal, enquanto o adolescente será julgado no juízo da infância e juventude.

**80**

Clarisse foi vítima de um crime de lesão corporal grave, praticado por seu primo. O Ministério Público ofereceu denúncia, requerendo a oitiva de Clarisse, vítima, e seu vizinho Lucas, testemunha. Arrepentida de narrar o fato ao Ministério Público, Clarisse não comparece à audiência de instrução e julgamento, apesar de devidamente intimada. Lucas também foi intimado pessoalmente por oficial de justiça e não comparece injustificadamente. Considerando a situação narrada e as previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) nem Clarisse nem Lucas poderão ser conduzidos coercitivamente, mas, se comparecerem, têm obrigação de dizer a verdade;
- (B) Lucas poderá ser conduzido coercitivamente, já que testemunha, mas a vítima não, e também não poderá ser punida com multa;
- (C) tanto a testemunha quanto a vítima poderão ser conduzidas coercitivamente diante da ausência injustificada;
- (D) Clarisse poderá ser conduzida coercitivamente, mas a Lucas somente poderá ser aplicada multa;
- (E) Lucas poderá ser conduzido coercitivamente, mas a Clarisse somente poderá ser aplicada multa.

Realização

